

EDITORIAL

Constituir uma revista como a “Em Tese” não é das tarefas mais seguras ao modo cientificamente disposto pelas agências reguladoras de Educação. Nem, infelizmente, uma edição sai como a equipe editorial a concebeu. Essa edição é simbólica dos percalços pelos quais passam aqueles que se dispõem, voluntariamente, a empreender um trabalho coletivo, a favor de um grupo. No nosso caso, a favor dos estudantes de pós-graduação em Sociologia Política da UFSC, em específico, e de Ciências Sociais em geral.

Essa edição teve sua proposta temática alinhavada a uma disciplina oferecida pelo programa de Sociologia Política em 2011. E cientes da ampla variedade de pesquisadores e pesquisa sobre Cultura e Mídia, esse volume propôs algo inédito para nossa publicação: um dossiê temático. A equipe editorial recebeu cinco artigos e uma resenha sobre o assunto. Quantidade que, a nossa prévia avaliação, seria suficiente para um dossiê.

A responsabilidade em encaminhar para pareceristas externos ao programa e com produção na temática foi importante para o resultado dessas proposituras. Dos cinco artigos submetidos, três foram rejeitados pelos pareceristas, um aprovado e outro rejeitado como artigo e transformado em ensaio bibliográfico (como sugestão dos pareceristas). A resenha foi aprovada. Saldo: um dossiê com um artigo, um ensaio e uma resenha. Estava perdida a consubstancialidade e a possibilidade de mantermos o dossiê.

O resultado desse dossiê não é um desalento para a equipe editorial e para o público. Serve como um indício forte da seriedade de nossa publicação e da não subserviência a qualquer tipo de desconfiança quanto a favorecimentos à divulgação da produção pela divulgação.

Sobre esse ponto (o da divulgação), cabe mais uma ressalva. A “Em Tese” não é uma revista das mais científicas segundo padrões do Qualis Capes. Ou melhor: não pode atingir um grau de cientificidade e produção maior do que “C” ou “B5” porque está preocupada em expor também a produção dos estudantes, com destaque para a produção dos pós-graduandos do programa que a abriga. Essa situação reacende uma polêmica vivida por inúmeras revistas acadêmicas brasileiras: apresentamos o pensamento de determinado programa? Ou

dissolvemos essa produção em inúmeras revistas dispersas, impossibilitando qualquer projeto político, teórico e pedagógico a partir de uma publicação?

A ciência social e humana é diferente de outras ciências que apontam a nova tese como ruptura e/ ou superação de teses anteriores. A ciência social é recorrência, é engajamento, é também científica por indicar um modo de enquadrar a realidade. Esse conjunto insofrito de realidades diversas com harmonias forjadas das quais as políticas editoriais são acometidas somente demonstram parte do equívoco, a nosso ver, dessa política de qualificação.

A Em Tese antes de ser uma publicação científica – o que acreditamos, ela o é -, é um instrumento pedagógico, de iniciação da vida acadêmica de pesquisadores em formação. Esse projeto editorial não pode ser descaracterizado sob o risco de perdermos nossa identidade. Isso mantido, inclusive, nos momentos em que há tantas rejeições, como a que testemunhamos nessa edição.

Por outro lado, tantas reprovações, para além de demonstrar a seriedade que encaramos o trabalho, demonstra certa incipiência nas colaborações encaminhadas pelos discentes pesquisadores. Muitos dos artigos são submetidos como resultados de trabalhos finais de disciplinas ou como resultados de revisão bibliográfica de teses e dissertações. Isso é bom, quando apenas é uma parte das submissões. Pouco é encaminhado de resultados de pesquisa, sínteses de dissertações e teses ou de relatórios de pesquisa empreendidos nos núcleos e laboratórios.

Essa é a tarefa dos editores da Em Tese. Especialmente, daqueles que estão assumindo os trabalhos a partir do próximo ano. Conseguimos, de certo modo, colocar as publicações em dia, profissionalizar o processo de submissão e avaliação da revista, melhorar a apresentação, e divulgar a publicação externamente. O desafio passa a ser incentivar a qualificação das submissões, aumentar o rigor na seleção e qualificar ainda mais os artigos internos e externos.

Dispostos os percalços, a política e os desafios, vamos ao conteúdo. Esta edição apresenta quatro artigos, um ensaio bibliográfico, duas resenhas e uma entrevista. Abrindo a exposição, Marcio Nicory Costa Souza recupera o pensamento fenomenológico de Alfred Schutz. Um dos precursores da teoria construcionista da realidade social, Schutz é apresentado por Souza a partir das filiações teóricas, as diferenças em relação ao pensamento de Max Weber e Karl Mannheim e as potencialidades das contribuições do austríaco para problemas de pesquisa contemporâneos.

O artigo de Antônio Carlos Dias Jr, por sua vez, recupera as contribuições de Ralf Dahrendorf para o pensamento social e político, em específico as críticas do autor dirigidas aos pensamentos de Talcott Parsons e Karl Marx. Partidário do liberalismo social e crítico da filosofia da história, o pensamento de Dahrendorf caminha *pari passu* às transformações da Europa no pós-guerra.

Eder Rodrigo Gimenes apresenta em “Democratismo entre atores políticos não-estatais: o caso dos dirigentes de entidades sociais do município de Maringá (PR)” parte dos resultados de sua pesquisa de mestrado. O artigo explora alguns dos valores dos atores não-estatais na adesão normativa ou de apoio específico à democracia na cidade paranaense.

Atendendo à convocatória do dossiê, Juliana Grigoli e Alessandro Cassoli trazem as estreitas vinculações da mídia, religião e política ao analisar a programação da TV Record. A leitura é feita tendo o cuidado de contextualizar a gestão empreendida pela Igreja Universal do Reino de Deus no canal e como, em vários momentos da programação, é possível inferir marcas dessa gestão.

O ensaio bibliográfico de Martin Sommer Moreira reintroduz a perspectiva da função-autor e da morte do autor – propostas por Foucault e Barthes, respectivamente – às mobilidades dos sujeitos na produção no ciberespaço. Tendo a liberdade como questão central, a autoria é questionada como uma “fantasmagoria” que insiste em se reinserir, mesmo em propostas de produção coletiva, anti-autoral e assistemática.

Carole Ferreira da Cruz resenha o livro “WikiLeaks: a guerra de Julian Assange contra os Segredos de Estado” dos repórteres investigativos do The Guardian, David Leigh e Luke Harding, tema polêmico e contemporâneo da política e da mídia mundial. Motivo diferenciado da resenha de Ana Paula Saccol, que indica porque devemos voltar a ler um clássico. A resenha de Lições de Sociologia de Emile Durkheim expõe as principais ideias do sociólogo sobre a organização do Estado – tema privilegiado nas anotações desse curso e preterido nos livros publicados pelo autor em vida.

Para fechar a edição, a professora Dra Ivete Simmionatto destaca a contribuição inquestionável de Carlos Nelson Coutinho para as ciências sociais, o marxismo e a militância política do Brasil. Falecido em 20 de setembro deste ano, Carlos Nelson Coutinho foi o responsável pela tradução de Gramsci e Lukács no Brasil, bem como se constitui um dos principais intérpretes desses autores para a realidade brasileira. A professora Ivete Simmionato, do departamento de Serviço Social da UFSC, além de amiga de Coutinho, foi sua

orientanda de tese. Na entrevista, a professora faz um balanço da carreira acadêmica e política de Coutinho, os debates com diferentes correntes da esquerda brasileira, sua militância política no PCB, PT e PSOL e nos movimentos sociais e a sua defesa, intransigente da democracia e do socialismo.

Essa homenagem a Carlos Nelson Coutinho fecha a edição que, esperamos, seja oportuna para as pesquisas e conhecimento de nossos leitores. Por fim, dedicamos esse número à nossa colega Nathalia Heinrich, que contribuiu para a concepção, divulgação e avaliação desse número e que agora dedica com mais ênfase seus esforços à sua tese.

Os Editores

Ana Maria Bourguignon de Lima

Caroline da Graça Jacques

Felipe Simão Pontes

Natália Marques Cavalcante de Oliveira